

FEMINISMO PARA TEMPOS DE GUERRA

Análise de conjuntura

- 1.** A crise política, institucional e econômica que se instalou no Brasil a partir do golpe de 2016 e se intensificou com a eleição de Bolsonaro, além da crise sanitária, ficam as perguntas: Como deslocar forças diante de uma conjuntura tão perversa para a classe trabalhadora e principalmente para as mulheres? Como combater a violência crescente que inflama os casos de feminicídio e mata a população negra? Como construir trabalho de base com as mulheres trabalhadoras, elevando o nível de consciência política e a capacidade organizativa, de ação e de luta? Como vamos mobilizar e organizar as mulheres desempregadas e que estão nos setores mais precários e informais? Como vamos contribuir para colocar em marcha a luta das mulheres pela vida, saúde, vacina, direitos, trabalho e renda?
- 2.** A falta de emprego e renda, a escalada da fome e da violência contra a população mais pobre torna imprescindível a organização das mulheres na luta contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo, a LGBTQIA+fobia e a precarização da condição humana. Isto precisa se traduzir em ações coletivas concretas, que organizem as reivindicações urgentes.
- 3.** É importante nos atentar ao avanço do grande capital sobre o fundo público, com medidas que aceleram as privatizações, o ajuste fiscal e a dependência ao capital internacional, avança também o agronegócio, destruindo a fauna e flora brasileira e expulsando as populações indígenas, as do campo e das florestas.
- 4.** São inúmeros os retrocessos, teto de gastos para saúde e educação, destruição de direitos trabalhistas e previdenciários, privatização de empresas nacionais, desindustrialização, desemprego, fim de políticas públicas, aumento do genocídio da juventude negra e do feminicídio, e da violência contra as mulheres.
- 5.** O fundamentalismo religioso tem afetado diretamente a vida das mulheres com o retorno de pautas conservadoras com a finalidade de invisibilizar a mulher na sociedade e seu retorno compulsivo aos lares, além do fortalecimento do controle sobre nossos corpos e nossas vidas. Isso somado ao desmonte de políticas e a rede de enfrentamento às violências de gênero gerou uma escalada dos casos de violência doméstica e feminicídios durante a pandemia.

- 6.** A reforma administrativa desmonta o serviço público e ataca à vida e à segurança das mulheres. São elas, as principais atingidas com esta política, pois dependem diariamente dos serviços públicos.
- 7.** Sem política de combate à pandemia e auxílio emergencial universal, milhares de trabalhadoras/es tiveram que se lançar à sorte da contaminação para trabalhar nas condições mais precárias.
- 8.** As mulheres resistem às desigualdades estruturais, há de ser combatida também a violência política de gênero, que atinge todas as mulheres que desejam ocupar o espaço da política. Portanto, é necessário identificar e combatê-la, inclusive no partido.
- 9.** Ibaneis Rocha reproduz o mesmo projeto de morte da classe trabalhadora com a ampliação das mesmas medidas no DF. Hoje, a taxa de desemprego ultrapassa 316 mil pessoas, sendo na sua maioria mulheres, jovens e, principalmente, a população negra. Parte daquelas que ainda estão empregadas, dependem de empregos informais ou sazonais, sem estabilidade e com baixos rendimentos.
- 10.** Com a injeção, durante a pandemia, de recursos financeiros, nas grandes empresas e a dificuldade de acesso desses pelas médias, pequenas e microempresas, provocou o fechamento permanente dessas, e a demissão massiva nesses setores da economia. Esses setores são responsáveis por maioria das vagas de trabalho nas Regiões Administrativas.
- 11.** A vacinação no DF é uma das mais demoradas no país, o que contribui para maior circulação do vírus e a possibilidade de surgirem novas variantes, tendo em vista a liberação, por parte do governo, da abertura de diversos setores como bares e shoppings que fomentou o aumento da circulação de pessoas nas ruas, transportes coletivos, comércios, além de festas promovidas sem qualquer fiscalização.
- 12.** Atualmente, a linha de atuação Secretaria de Estado da Mulher do DF, fortalece a política neoliberal do Ibaneis com ausência de políticas, fachada do empreendedorismo e imobilismo na crise sanitária perante a falta de vacina para categorias inteiras de mulheres como as trabalhadoras domésticas.
- 13.** A realidade das mulheres no DF sempre nos trouxe grandes desafios, agora mais ainda. Por isso, é imprescindível a organização das mulheres trabalhadoras nos movimentos sociais e no PT contribuindo diretamente na resistência e no enfrentamento ao neofascismo, à necropolítica e aos ataques do fundamentalismo religioso sob as nossas vidas e nossos corpos. O PT deve se reaproximar da luta das mulheres

trabalhadoras, pautada e construída pelos movimentos que contribuíram e contribuem no enraizamento das nossas pautas.

14. A gestão da Secretaria Distrital de Mulheres do PT, iniciada em 2018, é marcada pela continuidade da mobilização e construções das gestões anteriores, com foco no enfrentamento às violências contra as mulheres e a participação política, além da reprodução de atividades nacionais.

15. Por isso, acreditamos que os desafios para as mulheres petistas são maiores e se equiparam aos apresentados pela conjuntura. À medida que o conservadorismo avança na sociedade, avança dentro do partido. É urgente a ampliação do diálogo e a luta interna para enfrentar os retrocessos nas instâncias e nos espaços de organização.

16. Compreendemos que a luta feminista, antirracista, antiLGBTQIA+, anticapacitista e tantas outras, estão atreladas a luta anticapitalista. Por isso, acreditamos que o debate deve ser transversal e dentro da política macro, isto é, deve estar no centro do debate partidário. Por isso, é imprescindível ampliar as pautas, dialogar com os territórios e com a realidade das mulheres trabalhadoras. O diálogo com as mulheres das zonais precisa ser intensificado e permanente, para construirmos as pautas de acordo com a realidade das mulheres nos territórios.

17. É importante considerar a atuação e a contribuição das petistas nos movimentos feministas, respeitando a autonomia de auto-organização desses espaços. O diálogo para a construção do 08 de Março e outros espaços devemos considerar essa autonomia, o fortalecimento dessas construções e dialogar para somar e enriquecer o espaço e as pautas.

18. A relação entre a diversidade dos movimentos sociais e o PT é estrutural, e isso se deu também entre as mulheres do PT e os diversos movimentos feministas que foram se constituindo ao longo da história. Nos somamos em diversos momentos na defesa da vida das mulheres, por direitos e equidade.

19. Além disso, a luta contra a discriminação das mulheres na sociedade é parte constitutiva do programa do PT. A organização das mulheres petistas acumulou importantes conquistas. Contudo, não são suficientes para a superação da sub-representação feminina no partido, já que as resoluções ainda não são implementadas em sua integralidade. Ainda, temos poucas ações de formação que visem o enfrentamento às opressões dentro do PT.

20. Nos deparamos com a dificuldade no PT, para que tenhamos paridade real, na totalidade dos cargos das direções ou na precarização das candidaturas femininas para o cumprimento das cotas determinadas por lei.

21. A paridade não pode ser uma ficção e não deve ser encarada como um entrave para a composição das instâncias da direção. A paridade real será construída com investimento em formação e o entendimento de que os espaços de poder devem refletir a diversidade social em gênero, cores e realidades sociais.

22. Outra pauta urgente é a distribuição do Fundo Especial de Financiamento das Campanhas (FEFC). Desde 2018, a ação afirmativa de 30% para candidatas é aplicada sem critérios nítidos e sem transparência. A SMPTDF deve discutir com antecedência e de forma coletiva os critérios para propor na SNMPT e prestar contas dos valores distribuídos, bem como travar junto ao partido a luta pelo aumento de candidatas e da dessa porcentagem, não só visando a reparação histórica, mas também, dialogar com a realidade eleitoral, na qual representamos mais de 52% do eleitorado, além do combate às desigualdades históricas em que nos excluam dos pleitos eleitorais.

23. O rebaixamento político e programático do PT, com a opção pela política de centro-esquerda, influencia o conjunto do partido. O seu impacto na política e ação da Secretaria das Mulheres é tão nocivo que, em muitos casos, inviabiliza um maior avanço na luta das mulheres e compromete a construção de uma visão feminista e socialista dentro do PT.

24. Ainda mais, diante da conjuntura que estamos resistindo, a guerra travada pelas mulheres na luta contra a retirada de direitos e os retrocessos é vivenciada em casa, no trabalho, na rua e continua dentro do PT. Não existe emancipação da classe trabalhadora, sem emancipação das mulheres; não há transformação social quando a vida de mais da metade da população é marginalizada.

25. As mulheres do PT entendem que a emancipação humana passa pela condição fundamental de extinção do atual modelo socioeconômico, sistema capitalista. Mais ainda, uma sociedade livre do machismo, do racismo, da LGBTQIA+fobia e de outras formas de opressões, depende da criação de uma nova sociedade, e que esta seja comunista, cujo nascimento está atrelado à transição socialista.

26. Isso não quer dizer que a defesa do projeto socialista no mundo está sobreposto à luta feminista. Longe de encararmos a luta social como uma equação matemática, caminhamos para que a nossa organização e política compreendam a complexidade das estruturas sociais e das desigualdades. Embora, tenhamos acordo que a luta das

mulheres antecede a exploração da classe trabalhadora; fato é que a opressão das mulheres é utilizada pelo capitalismo e ampliada por ele. Assim como o próprio capitalismo se utiliza e reforça a desigualdade entre mulheres e homens para se manter.

27. Defendemos que os espaços de poder devem ser conquistados e ocupados por mulheres com o ideal de construção feminista e socialista. É indispensável que o partido insira em seus debates a subversão dos padrões e valores que se fundam na hierarquia opressora das relações de poder.

28. Os espaços de poder devem ser ocupados pelas mulheres não porque a paridade existe, mas porque atuam politicamente e constroem o PT com a mesma capacidade e disposição dos homens.

29. É preciso criar mecanismos de debate, formação e comunicação; fazer o debate de nossas pautas com a totalidade do partido e fortalecer a SMPTDF com condições de funcionamento sistemático e democrático em defesa de uma plataforma feminista.

30. Para isso, precisamos:

- a) Construir um calendário de lutas que dialogue com a realidade das mulheres trabalhadoras;
- b) Construir as pautas de forma transversal, elaborando e conectando a agenda de lutas das mulheres com os demais setoriais e secretarias do PT;
- c) Realizar plenárias periódicas de mobilização e organização das mulheres petistas;
- d) Acompanhar junto à bancada do PT na CLDF, as pautas conservadoras do patriarcado para reação em tempo, propor e defender as bandeiras feministas;
- e) Realizar a Jornada de Formação de forma periódica;
- f) Promover o fortalecimento da SMPTDF de modo a combater a violência política de gênero que recai sobre as mulheres militantes.

Ecofeminismo em Tempos de Crise

31. A utopia ecossocialista é a sociedade de mulheres e homens livres da exploração do trabalho pago e não pago; sociedade dos produtos do trabalho apenas com valor de uso e que este valor seja sustentável; sociedade na qual os bens comuns naturais, inclusive os serviços ecossistêmicos, sejam de acesso e uso por todos e todas, respeitando os limites e tempos de reprodução e regeneração; sociedade baseada na abundância e com tempo livre para as nobres aspirações, liberto de qualquer dominação ou discriminação e com os seres humanos vivendo em interação respeitosa entre si e com a natureza.

32. A situação, extremamente grave da crise ambiental dos dias de hoje, manifestou-se inicialmente nos anos 70. É uma crise que tem sido associada ao crescimento da população mundial e às mudanças no uso da terra, provocadas pelo crescimento do capitalismo com seu caráter predatório, para acumular, produzir e progredir e consumir. O resultado é a degradação do meio ambiente de uma forma jamais vista, nos 4,5 bilhões de anos do planeta. Denominado pelo prêmio Nobel de Química, Paul Crutzen, como a era do Antropoceno é o mais novo período da história do planeta, onde o uso intensificado de combustíveis fósseis tem ampliado as atividades antrópicas.

33. A crise ambiental, ainda nos anos 70, despertou a atenção de movimentos sociais, países e governos, abrindo espaço para diferentes interpretações e soluções. Conferências, encontros e acordos foram realizados, buscando enfrentar suas consequências: fome, pobreza e miséria já vividas por muitas populações no mundo. Em 1972, realiza-se a conferência de Estocolmo; no Brasil, a Eco 92, no Rio de Janeiro e, em 2015, o Acordo de Paris, estabelecendo medidas de redução das emissões de CO₂, um dos gases de efeito estufa responsável pelo aumento da temperatura do planeta, que segundo o último Relatório do IPCC 2021, pode chegar a 1,5 graus e em seguida a 2 graus nos próximos 50 anos, com consequências insustentáveis para a vida no planeta.

34. Foi diante de uma realidade que já mostrava sinais claros de destruição que, um feminismo vigoroso da segunda onda, herdeiro das ideias de Simone de Beauvoir e do seu livro “O Segundo Sexo”, centrado nas pautas sobre sexualidade, público e privado, trabalho, direitos reprodutivos, igualdade de direitos, incorporou também a pauta do meio ambiente, do racismo e da injustiça ambientais. Esse feminismo faz, então, por meio dessa chave, uma releitura das pautas de gênero que possibilita novas descobertas e elaborações sobre as interações entre seres humanos e não humanos, sobre a questão milenar da dominação sobre as mulheres e oprimidos e a relação dessas opressões com a exploração exaustiva da natureza, promovida pelo capitalismo.

35. Tais temas e suas mútuas relações deram origem a um campo de estudos e debates, que a urgência, na busca de soluções, favoreceu muito sua fertilidade. Surgem inúmeras interpretações e correntes, com as marcas do feminismo revolucionário da segunda onda, nesse campo amplo e ainda pouco explorado da relação entre meio ambiente, ecologia e feminismo. Nele podemos identificar várias vertentes do que conhecemos, genericamente, como Ecofeminismo, termo usado pela francesa Françoise

d’Eaubonne, em 1974. Os ecofeminismos são muitos e têm origens muito diversas, mas podem ser agrupados em dois grandes grupos.

36. Ecofeminismo essencialista/espiritualista. As essencialistas associam o “mundo interior” das mulheres a uma espiritualidade que identificam na Terra. O cotidiano vivido pelas mulheres na comunidade é sua arena de atuação política. Consideram que o espaço público do jogo política é do domínio dos homens. Tem uma posição, em geral, anti-ciência e antitecnologia e associam os ciclos de vida da mulher aos ciclos da natureza.

37. Todos os estereótipos de gênero que sempre marcaram a vida das mulheres em sociedades patriarcais e que se tentou superar anteriormente pareciam ressuscitar com essa corrente ecofeminista. Carol Gilligan é um dos seus nomes mais expressivo e que enfatiza uma ética feminina, associada à “ética do cuidado”. Apesar das críticas que possam ser feitas ao registro, de uma ética “feminina” como “ética do cuidado”, aportes do viés feminista têm enriquecido essa concepção inicial, a partir da abordagem múltipla, dialogal e interdisciplinar, utilizada pelo campo ecofeminista.

38. Ecofeminismo social/ crítico-constructivista. A corrente das ecofeministas crítico-constructivistas desenvolveu-se a partir da década de 1990. Para elas não há uma essência feminina que liga as mulheres à Natureza. Foram as estruturas sociais e econômicas que determinaram a divisão sexual do trabalho e aproximaram as mulheres da Natureza, desenvolvendo nelas relações afetivas e sentimentos que foram reprimidos nos homens.

39. Marcha das Margaridas. É uma organização brasileira das mulheres do campo e das florestas, que repercute as ideias de um ecofeminismo latino-americano. Suas lutas são construídas em torno da agricultura familiar, da agroecologia, da água e da preservação dos biomas brasileiros.

40. Crítica (eco)feminista da ciência. Ao longo da história, as mulheres sempre foram excluídas do conhecimento: suas contribuições, quando não ignoradas, eram desvalorizadas ou atribuídas a outrem. A crítica feminista da ciência alcança sua máxima intensidade, segundo Alicia Puleo (2019) com a teoria ecofeminista.

41. Ética do cuidado. Surgida nos anos 80, esta corrente assumiu grande destaque no ecofeminismo. Discute a moralidade do ponto de vista masculino e feminino. O primeiro, baseado em normas universais de direitos e justiça. A perspectiva feminina, considerada inferior, é “diferente” porque une razão e emoção, mente e corpo nas decisões morais. A evolução do conceito de “ética cuidado” vai se estender muito além

dessa concepção inicial, incorporando uma visão mais complexa das relações de gênero, natureza e sociedade e valorizando o “cuidado” como característica inerente à interdependência entre seres humanos e todos os seres vivos do planeta.

42. “Empatia” na ciência e na práxis ecofeminista. O ecofeminismo advoga a construção de uma ciência “empática”, ou seja, com métodos e experimentos que favoreçam a aproximação entre sujeito e objeto, de forma que se possa “escutar” a matéria (o objeto) e abrir-se à sua “enorme complexidade”. Não se pretende negar a ciência, mas defender o exercício de uma ciência “empática”, ou seja, que valorize a escuta dos oprimidos e das oprimidas, dando voz a eles para que se tenha acesso a conhecimentos que foram secularmente “excluídos”. Mas, reconhecer os discursos não significa relativizar todas as posições.

43. Um grande desafio de trabalhar com essa imensa diversidade coloca-se, portanto para o Ecofeminismo. Por isso a corrente adota, como princípio para a sua práxis, a valorização da pluralidade, diversidade e respeito à múltipla referencialidade de perspectivas e o desafio de saber trabalhar com elas.

44. A referência do ecofeminismo que defendemos é aquele de base marxista e ecossocialista, em consonância com a disposição do PT, defendida em seu 1º Congresso e, posteriormente, no 3º congresso e no VIII Encontro Nacional. Posição reafirmada recentemente na Jornada da Primavera Petista de Formação, inspirada na pedagogia de Paulo Freire. Nosso ecofeminismo prioriza a busca de repostas que façam justiça para as mulheres, sobretudo as mais pobres com a crise ambiental.

45. Políticas de gênero ecofeministas no PT. Os enormes retrocessos vividos pela sociedade nesses seis anos de golpe contra a presidenta Dilma, nos levaram à estaca zero em termos de políticas públicas, para as mulheres em geral e em particular para as mulheres negras, LGBTQIA+, intergeracionais, deficientes, mulheres dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas. Defendemos que além de pensar políticas específicas que naturalmente se circunscrevem no universo cultural, na experiência e condições de vida dessas mulheres, é necessário pensar em formas, em métodos que, postos em ação, possam alcançar, pela convergência de uma pauta comum, os vários movimentos, a vida da maioria dos oprimidas/os e desfavorecidas/os, ou seja, 99% da população. Como fazer isso é o grande desafio que se coloca para o projeto ecofeminista de sociedade, para as mulheres do PT. É preciso chegar aos “corações e mentes”, completamente devastados, com a cultura genocida e fascista que se estabeleceu nas relações humanas neste período no país. Estabelecer estratégias viáveis

para empreender uma caminhada exitosa rumo ao ecofeminismo e ao ecossocialismo: formação, organização, mobilização, com empatia e ousadia para realizar nossa utopia, é preciso.

Articulação de Esquerda
Coletivo Reflexão e Prática
Lida Corrente Sindical
Coletivo PT Alternativa DF